

Controle de preço é opção contra crise

O Brasil não estaria inovando em nada se montasse um sistema permanente de controle de preços. Vários governos no País fizeram isso com relativo êxito no passado, o mesmo êxito registrado em diversos outros países do mundo. O caso mais notório é o da França, que conviveu 44 anos com tabelamento geral de preços (de 1945 a 1989).

O caminho do controle de preços é bem mais seguro para o Brasil. Não confundir controle com o famigerado congelamento. Este último, por ser um mecanismo mais político do que econômico e completamente artificial, acaba gerando verdadeiros monstros econômicos, tais como o ágio e o desabastecimento. Controle, não. O Brasil conviveu 30 anos com controle de preços, sem jamais ter ouvido falar nesses males, que somente veio a conhecer com o congelamento do Plano Cruzado.

Os organismos para o controle já existem, como existe também muita experiência nesta área. Há funcionários de sobra. Basta aproveitar os quase 200 mil em disponibilidade e que estão ganhando sem trabalhar.

Autoridade

No mais, é aperfeiçoar o sistema, em colaboração com o Procon (Grupo Executivo de Defesa do Consumidor), Associações de donas-de-casa e organizações comunitárias em geral, que poderiam participar ativamente de uma estratégia de fiscalização.

Assim como existe a cultura inflacionária, existe também a cultura autoritária no Brasil. O brasileiro gosta do exercício da autoridade. Traz isso dos tempos da colônia. As coisas aqui têm de vir de fora para dentro. O comerciante fica muito satisfeito em praticar um reajuste de 40% nos preços das suas mercadorias. Mas ficaria muito mais satisfeito ainda se pudesse praticar um reajuste de 10%, mas devidamente autorizado pelo governo. Se houvesse uma fiscalização barulhenta e eficiente, então, ele ficaria mais satisfeito ainda em praticar um reajuste bem menor do que sua ganância gostaria, mas devidamente autorizado.

O consumidor também ficaria muito satisfeito, porque ele sentiria que as coisas iam estar sob comando da autoridade, sob controle,

e fora das atitudes meramente especulativas dos empresários e atravessadores. O brasileiro está cansado de impunidade. Se o preço de um produto for reajustado em 1.000%, como ocorreu com os remédios, ele quer chegar numa autoridade, reclamar, e depois ver o preço retroagir e o empresário ser punido. Se isso pudesse acontecer no Brasil, o governo começaria a ser encarado com seriedade e teria enorme prestígio.

Sistema

A regra do controle de preços é simples, seria única para todos os setores. Aumentar preço, pode. Mas só com autorização do organismo competente. Esse organismo pode ser central, regional ou misto. Uma vez implantado o sistema, para todos os setores, poder-se-ia pensar em prefixação ou outro mecanismo que implique, na prática, numa desindexação de fato, gradual. Porque hoje, a desindexação só existe na cabeça da ministra Zélia.

E para traçar um fio de coerência com os postulados econômicos do governo Collor, de implantar no

País uma economia típica de mercado, seria traçada uma estratégia de atenuação gradual dos controles de preços, a longo prazo.

A esta política de controle de preços, obviamente, seria atrelada uma política salarial (dentro dos mesmos parâmetros de reajuste), uma política de austeridade fiscal e de tributação da riqueza (tipo capital levy once for all, ou seja, aplicado de uma vez por todas sobre o estoque), uma política de rendas (de maneira a atenuar o coeficiente de Gini, isto é, tornar a renda menos concentrada), e uma política monetária mais flexível, reduzindo-se as taxas de juros e garantindo-se, assim, a retomada imediata do crescimento econômico.

Se, contudo, ao contrário de partir para um sistema de controle de preços, o governo insistir na atual política econômica, de se buscar a queda da inflação via recessão aguda, tem uma chance enorme de cair no pior dos mundos, com todos os males e sem nenhuma virtude, isto é: recessão mais inflação o que, ao que tudo indica, é o que vai acontecer em 1991. (H.R.)